

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E A OFERTA DE VAGAS EM CRECHES PÚBLICAS

Ana Clara Parise¹, Alexandra Vanessa Klein Perico²

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

Autor correspondente: Ana Clara Parise, anaclara_parise@hotmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: O presente trabalho de pesquisa bibliográfica aborda as teorias relacionadas ao Direito Fundamental à Educação e a oferta de vagas em Creches Públicas uma vez que é essencial para uma sociedade justa e igualitária o acesso à educação, permitindo a conciliação da vida profissional dos responsáveis com o cuidado e formação das crianças, além de estabelecer os primeiros passos no processo educacional. Sabe-se que a oferta insuficiente de vagas em creches públicas é um desafio recorrente que pode agravar desigualdades, perpetuando ciclos de pobreza e limitando o potencial de desenvolvimento das crianças. Nesse contexto, há uma complexa interseção entre o direito fundamental à educação e a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir a disponibilidade equitativa de vagas em creches públicas. Este artigo tem como objetivo explorar a interligação entre o direito fundamental à educação e a oferta de vagas em creches públicas, examinando desafios, implicações sociais e abordagens políticas para assegurar que esse direito seja efetivamente alcançado. Busca-se também elucidar a importância de investir em infraestrutura educacional e promover um diálogo sobre como as sociedades podem trabalhar em direção a um futuro mais inclusivo e educacionalmente enriquecedor para todos os seus cidadãos. **Objetivo:** Explorar a interligação entre o direito fundamental à educação e a oferta de vagas em creches públicas, examinando desafios, implicações sociais e abordagens políticas para assegurar que esse direito seja efetivamente alcançado. **Método:** Neste estudo, foi realizado uma abordagem de pesquisa de caráter bibliográfico para alcançar o objetivo proposto de analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre o direito fundamental à educação e a oferta de vagas em creches públicas. Realizamos a coleta de dados de acordo com a estratégia de busca definida. Registramos as informações relevantes, como autor, ano de publicação, título, método de pesquisa, resultados e conclusões, em uma planilha. Como esta pesquisa se baseou exclusivamente na análise de fontes bibliográficas e não envolveu intervenção em seres humanos, animais ou patrimônio genético, não foi necessário obter aprovação de um comitê de ética em pesquisa. Todas as fontes utilizadas nesta pesquisa foram obtidas de fontes de acesso público ou com permissão para uso acadêmico. **Resultados:** Primeiramente, identificamos a Insuficiência de Vagas em Creches Públicas. Ao analisar a situação atual, ficou evidente que a oferta de vagas em creches públicas está muito aquém da demanda existente. Isso significa que apenas uma pequena parcela das famílias que necessitam de cuidados de creche consegue acesso a essas instituições. Essa discrepância cria um grande desafio para o exercício efetivo do direito à educação na primeira infância, já que muitas crianças acabam ficando sem o suporte educacional adequado. Em seguida, temos as Barreiras Econômicas e Sociais. A pesquisa destacou que as barreiras econômicas e sociais desempenham um papel significativo na capacidade das famílias de acessar creches públicas. Em particular, as famílias de baixa renda enfrentam dificuldades adicionais para garantir vagas em creches, o que não apenas perpetua as desigualdades sociais, mas também limita o acesso à educação de qualidade na primeira infância. Isso cria um ciclo de desvantagem que afeta negativamente o desenvolvimento de muitas crianças. Por fim, os Desafios Políticos e Orçamentários, ressalta-se que as políticas insuficientes e falta de financiamento adequado são obstáculos que precisam ser superados para assegurar o direito à educação na primeira infância. Isso requer um compromisso

político mais forte e a alocação de recursos suficientes para atender às necessidades das crianças e de suas famílias. Em conjunto, esses achados destacam a complexidade da interligação entre o direito à educação e a oferta de vagas em creches públicas. **Conclusão:** A conclusão deste trabalho reflete a importância vital do direito fundamental à educação, particularmente no que diz respeito à oferta de vagas em creches públicas. A jornada histórica dos direitos da infância e juventude, marcada pela transição de uma visão negligente para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, é um marco significativo no desenvolvimento social e jurídico da sociedade. Diante da análise dos tópicos abordados, fica evidente a importância das creches como pilar fundamental da educação infantil e, por extensão, como um direito humano derivado da educação. A jornada histórica dos direitos da infância e juventude, marcada pela transição de uma visão negligente para o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, é um marco significativo no desenvolvimento social e jurídico da sociedade. Portanto é dever das políticas públicas, embasadas na Constituição garantir o acesso à educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação; Creches Públicas; Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas Públicas; Desigualdade.

Agradecimentos: A autora Ana Clara Parise agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.